

43° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG 19 – Movimentos Sociais e contramovimentos no Brasil contemporâneo: confrontos políticos, repressão e resistências

**AMBIENTALISMO E CATOLICISMO NO BRASIL:  
entre afinidades, instrumentalizações e repulsas**

**RENAN WILLIAM DOS SANTOS**

Caxambu

2019

## **AMBIENTALISMO E CATOLICISMO NO BRASIL: ENTRE AFINIDADES, INSTRUMENTALIZAÇÕES E REPULSAS**

*Renan William dos Santos*<sup>1</sup>

43º encontro anual da ANPOCS

SPG 19 – Movimentos Sociais e contramovimentos no Brasil contemporâneo: confrontos políticos, repressão e resistências

### **Resumo**

Pretende-se abordar a mobilização da Igreja Católica no Brasil em torno das questões ambientais e as contraofensivas organizadas (também oriundas do próprio campo religioso católico) que esse engajamento vem suscitando no atual cenário nacional, marcado pela ascensão conservadora. A análise é feita a partir de três eixos principais: 1) o do âmbito católico oficial – o ativismo de sacerdotes brasileiros que procuram incentivar teologicamente a adesão dos fiéis ao ativismo ambientalista; 2) o do âmbito católico extraoficial simpático à pauta ambiental, mas que atua fora da esfera de influência institucional da Igreja Católica no Brasil – sendo representado aqui sobretudo pelo ativismo de Leonardo Boff; 3) o do âmbito católico extraoficial avesso à onda verde – que tem como expoente no cenário nacional o famigerado Instituto Plínio de Oliveira (IPCO), uma espécie de *think tank* do conservadorismo católico brasileiro.

**Palavras-chave:** Ambientalismo e religião; Igreja católica e ambientalismo; Ecoteologia; Contramovimentos; Conservadorismo.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2017/24842-1.

*O jeito de viver do povo da Bíblia é diferente do jeito de viver que hoje produz o desmatamento [...]. O jeito de viver do povo da Bíblia é muito semelhante ao do índio e do caboclo (CNBB, 1978: 113).*

*Você sabe o que se esconde atrás dessas ONGs e da paranoia ambientalista? O que se oculta no bojo desse cavalo de Troia? Você sabe quais são os meios empregados para subverter a sociedade e destruir o que ainda resta da Civilização Cristã? Não se deixe enganar pela nova “religião ecológica” (IPCO, 2012).*

## **Introdução**

Pretende-se abordar aqui a mobilização da Igreja Católica no Brasil em torno das questões ambientais e as contraofensivas organizadas (também oriundas do próprio campo religioso católico) que esse engajamento vem suscitando no atual cenário nacional, marcado pela ascensão conservadora. A análise é feita a partir de três eixos principais: 1) o do âmbito católico oficial – o ativismo de sacerdotes brasileiros que procuram incentivar teologicamente a adesão dos fiéis ao ativismo ambientalista; 2) o do âmbito católico extraoficial simpático à pauta ambiental, mas que atua fora da esfera de influência institucional da Igreja Católica no Brasil – sendo representado aqui sobretudo pelo ativismo de Leonardo Boff; 3) o do âmbito católico extraoficial avesso à onda verde – que tem como expoente no cenário nacional o famigerado Instituto Plínio Correa de Oliveira (IPCO), uma espécie de *think tank* do conservadorismo católico brasileiro.

O levantamento de dados que ampara a discussão aqui proposta – e que também constitui parte de minha pesquisa de doutorado em andamento – valeu-se de uma série de fontes. Em primeiro lugar, foram feitas pesquisas sobre o tema ambiental no próprio site do Vaticano, que hospeda digitalmente grande parte dos textos pontifícios, conferências, compêndios doutrinários etc. Em seguida, foram compilados os temas, lemas, hinos, orações, reflexões e atividades propostas nas quatro Campanhas da Fraternidade que trataram especificamente da questão ambiental no Brasil (1979, 2011, 2016, 2017). Esse *corpus* foi complementado com análise qualitativa (Sabiote *et al.*, 2005) de artigos sobre meio ambiente escritos por bispos brasileiros ou apresentados em atividades organizadas por entidades oficiais (pastorais, conferências etc.) da Igreja Católica no Brasil.

Fora do círculo católico oficial, as fontes utilizadas e analisadas foram artigos e livros de Leonardo Boff, que hoje se identifica como ecoteólogo, mas que ficou conhecido por ser um dos principais representantes da teologia da libertação no Brasil; produções visuais

e escritas sobre meio ambiente disponibilizadas nos sites e canais do IPCO<sup>2</sup> e o livro *Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma “religião” ecológica, igualitária e anticristã* (Bragança, 2017), editado pela Comissão de Estudos Ambientais do IPCO.

### **1. Incorporação da ecologia nas crenças e práticas religiosas: uma pauta quente**

É crescente o número de fiéis e sacerdotes que veem a ecologia como algo conciliável com suas crenças e práticas religiosas. Não há dados para o Brasil, mas, para se ter uma ideia, nos EUA os movimentos ambientalistas religiosos (a maioria deles ecumênicos ou inter-religiosos) passaram de 9, em 1990, para mais de 80 em 2010, operando em praticamente todos os estados (Ellingson, 2016: 12).

Um dos eventos que melhor expressam o estreitamento de laços entre religiosidade e ambientalismo ocorreu no *Fórum Global*, realizado em paralelo à Eco-92. No *Fórum*, a atividade com maior número de participantes foi a vigília inter-religiosa *Um novo dia para a Terra*, que contou com igrejas e tradições espirituais de todo o mundo (Leis, 1993: 96). Já na Rio+20, a *Cúpula dos Povos* incluiu tanto uma nova vigília inter-religiosa quanto debates e oficinas ecológicas organizadas por líderes de diferentes denominações.

Outro acontecimento de grande monta envolvendo atores religiosos e ambientalistas foram as conferências *Religions of the World and Ecology* (1996-8), em Harvard. O evento tinha como objetivo analisar a variedade de formas pelas quais as relações entre humanos e meio ambiente eram abordadas pelas religiões mundiais (Tucker, 2010: 407). A partir desses encontros, foi criado um fórum permanente para continuar e incentivar as discussões (ibid.: 409). Já os organizadores do evento, o casal Mary Evelyn Tucker e John Grim, consagraram-se como fundadores do campo de estudos de religião e ecologia, que já detém certa autonomia<sup>3</sup> nos círculos acadêmicos europeus e norte-americanos.

Alguns “obstáculos recorrentes”, entretanto, tendem a se fazer presentes sempre que as diferentes religiões se propõem a discutir suas potenciais contribuições à causa ecológica (Tucker, 2010, tradução minha). Um dos mais citados, segundo Tucker (2010: 412,

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/ipco/revolucao-verde/>>. Acesso em 14/06/2017.

<sup>3</sup> No Brasil, boa parte dos trabalhos que estudam as empreitadas ecoteológicas é oriunda das ciências da religião ou da teologia, e, na maioria das vezes, o foco é respaldar a compatibilidade entre determinada fé e o ambientalismo, ou valorizar as contribuições que a religião estudada (em geral, a do próprio pesquisador) poderia trazer ao cuidado do meio ambiente. Em suma, boa parte da produção brasileira sobre esse tema continua “impuramente acadêmica” (Pierucci, 1999).

tradução minha), é a ampla recusa “à abertura das discussões sobre certas formas de controle de natalidade”. No caso da Igreja Católica, como será detalhado mais à frente, essa recusa não só se faz presente como, mais do que isso, a oposição ao controle de natalidade foi um dos principais motivadores da inserção católica no debate ecológico (Santos, 2017).

Outros obstáculos frequentemente apontados são a ênfase na salvação no “outro mundo” e a ideia de que uma força divina está no controle de tudo que acontece na natureza (Veldman *et al*, 2016: 6). No primeiro caso, nada do que está ocorrendo neste mundo secular, profano e incontornavelmente degradado importa; o crente deve se preocupar única e exclusivamente com a vida espiritual e com as questões relativas à sua salvação individual. Já no segundo, assume-se que é uma pretensão descabida achar que o ser humano tem poder de influir no funcionamento do planeta, o qual estaria submetido apenas aos desígnios divinos.

Mesmo quando esses obstáculos não barram a tratativa das questões ambientais já de saída, as diferentes religiões acabam, muitas vezes, levando em conta apenas os conceitos ecológicos que consideram “mais palatáveis e mais adaptáveis” às suas doutrinas (Sideris, 2010: 448, tradução minha). Tópicos ecológicos que “têm um impacto claro sobre os seres humanos” (reciclagem, economia de água etc.) costumam ter preferência, enquanto pautas tradicionais do ambientalismo secular, como a proteção de áreas selvagens e espécies ameaçadas, são minimizadas (Veldman *et al*, 2016: 3-4, tradução minha), ao mesmo tempo em que a atuação política é posta sob suspeita (Ellingson, 2016: 3, 12). Essa seleção, vale ressaltar, não é uma prática exclusiva do ativismo religioso, pois o movimento ambientalista como um todo é um “caleidoscópio” que comporta as mais distintas identidades, adversários e objetivos (Castells, 1999: 144).

De toda forma, é importante levar em conta tanto aquilo que é incorporado como o que é deixado de lado nas iniciativas ecoteológicas. São essas escolhas (nem sempre refletidas) que conformam os *frames*, isto é, os enquadramentos da realidade construídos pelos movimentos sociais (religiosos ou não) como forma de sintetizar, para os ativistas em potencial, o problema em relação ao qual se demanda mobilização e as estratégias para enfrentá-lo (Alonso, 2009: 78).

Além disso, no caso em questão, a elaboração dos enquadramentos religiosos da crise ecológica muitas vezes expressa disputas no interior das organizações religiosas e, portanto, também não podem ser vistos apartados dessas disputas. A negociação de um “nós”, assim, é atravessada por concepções, projetos e estratégias conflitantes. Nessa negociação,

as lideranças assumem um papel estabilizador e unificador fundamental (Melucci, 1988).

Entretanto, a construção de um enquadramento ecoteológico unificador não basta para a subsistência de uma iniciativa ecoteológica se não estiverem igualmente disponíveis redes de apoio material e organizacional (que não necessariamente precisam ficar circunscritas a uma única denominação) e estruturas de oportunidades favoráveis, as quais são “lidas” pelos movimentos que encontram nelas incentivos (ou ameaças) à continuidade de suas práticas ou à geração de novas iniciativas (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009; Alonso e Costa, 2000).

Para dar um exemplo da dinâmica desses fatores, pode-se mencionar rapidamente o caso de iniciativas ambientalistas ecumênicas ou inter-religiosas que, em vez de ir a fundo em uma tradição específica, costumam elaborar uma mensagem superficial que encontre aceitação em várias audiências (Ellingson, 2016: 104). Tal estratégia visa agregar aqueles fiéis que encontram resistência em praticar explicitamente seu ativismo ambiental nas instituições religiosas com as quais se identificam, ao mesmo tempo em que se sentem marginalizados nos congressos, passeatas, acampamentos e outras atividades dos movimentos ambientalistas seculares (Nita, 2016: 235).

Na “modernidade religiosa” das democracias ocidentais modernas (Hervieu-Léger, 2006), é crescente o número desses fiéis que estão dispostos a flexibilizar suas identidades religiosas visando incorporar temas e pautas alheias àquilo que é tradicionalmente defendido por suas denominações. Eles tendem, dessa maneira, a construir como uma bricolagem, gerando suas próprias “pequenas narrativas religiosas” (idem, 2006: 59, tradução minha), sem necessariamente incorporar a totalidade de ensinamentos oriundos de uma tradição específica (Pierucci, 1997; Willaime, 2012; Bruce, 2016; Prandi *et al.*, 2019a).

Assim, no lugar de um movimento restrito à identidade e tutela da instituição religiosa, podem surgir redes associativas que contam com conexões formais e informais entre diferentes ativistas, grupos e organizações (Diani, 2003). Tal como ocorre com iniciativas ambientalistas seculares, essas redes podem atuar de modo “visível”, através de campanhas em conjunto e trocas regulares de informação, ou de forma “latente”, através de filiações mútuas e relações de amizade entre os membros de diferentes organizações (idem, 1995).

Ocorre que, apesar dessas iniciativas ecumênicas possibilitarem a quebra de barreiras denominacionais e a conjunção de atores de diferentes crenças na mesma causa, elas precisam superar dois importantes desafios para sobreviver: 1) o conhecido *trade-off* entre

enquadramentos genéricos que geram identificação mais ampla (ao custo de menor engajamento) e quadramentos concretos que geram maior engajamento (ao custo de identificação mais restrita); e 2) a falta de um respaldo institucional ou de colaboradores totalmente dedicados, pois “ninguém é membro de uma igreja ecumênica ou inter-religiosa” (Ellingson, 2016: 106, tradução minha).

Já quando a iniciativa ecoteológica conta com uma fundamentação institucional forte, como ocorre com a Igreja Católica, tanto os recursos materiais como organizacionais são abundantes, mas o espaço para a inovação simbólica e adaptações individuais torna-se diminuto uma vez que, nesse caso, diversos especialistas e assessores assumem a tarefa de centralizar e controlar que orientações devem ser dadas sobre cada assunto. Isso, aliás, é típico da dinâmica da esfera religiosa, na qual os sacerdotes têm como função preservar a doutrina oficial e o funcionamento regular do “empreendimento de salvação” do qual são funcionários (Weber, 2004 [1922]: 303).

Assim, quando surge uma novidade (no caso, uma ecoteologia) nas religiões que contam com uma estrutura de igreja, as vias que podem ser seguidas pelos sacerdotes são: 1) tratar a novidade como heresia e tentar sobrepujá-la; ou 2) adotá-la, tal como se a “boa nova” apenas corroborasse a tradição sagrada (ibid.: 314). Como se verá a seguir, essa dinâmica ganha concretude quando se analisa o engajamento ecológico da Igreja Católica.

## **2. Origens do enquadramento ecoteológico católico oficial**

Há algumas décadas, sobretudo após o lançamento do livro do biólogo Paul Ehrlich, *The Population Bomb* (1968), era muito comum que o aumento da população humana fosse apontado como uma das principais ameaças ecológicas ao equilíbrio natural do planeta. O livro de Ehrlich, aliás, foi lançado no mesmo ano em que começaram as articulações para a formação do Clube de Roma, organização que reunia diversos economistas, cientistas e industriais que se propunham a pensar em soluções para diversos desafios globais, dentre eles o combate à degradação ambiental (McCormick, 1992: 86).

Foi o Clube de Roma que encomendou ao MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts) uma simulação estatística “sobre as tendências ambientais do mundo” (Oliveira, 2012: 78). O resultado desse estudo foi publicado, em 1972, com o título *The Limits to Growth* (Meadows *et al.*, 1978), e afirmava que tanto o crescimento populacional quanto o econômico deveriam ser interrompidos em âmbito global, caso contrário, poderia haver esgotamento dos recursos planetários em algum momento dos cem anos seguintes.

Também em 1968, o papa Paulo VI publicava a encíclica *Humanae Vitae*, na qual condenava as formas artificiais de regulação da natalidade. Segundo Paulo VI, os “métodos da regulação artificial da natalidade” abririam um “caminho amplo e fácil [...] à infidelidade conjugal e à degradação da moralidade” (1968: 8, §7). Isso aconteceria porque o homem, “habitando-se ao uso das práticas anticoncepcionais”, acabaria “por perder o respeito pela mulher”, vindo a considerá-la como “simples instrumento de prazer egoísta” (Paulo VI, 1968: 8, §7).

Diante do respaldo que os diagnósticos da crise ecológica estavam fornecendo aos defensores de políticas de controle da natalidade – um assunto caro à doutrina católica –, a Igreja Católica precisava se posicionar. Coube a Paulo VI enfrentar o assunto pela primeira vez em 1970, em um discurso para a Assembleia da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. No discurso, ele afirmava que:

a deterioração progressiva daquilo que convencionalmente se chama “meio ambiente”, sob o efeito dos contragolpes da civilização industrial, corre o risco de acabar numa verdadeira catástrofe ecológica [...]. Conhecemos muito bem as opiniões que, nas Organizações Internacionais, recomendam um plano de limitação da natalidade, de modo a poderem-se resolver – julga-se –, de maneira radical, os problemas dos países em via de desenvolvimento [...]. A Igreja [é] decididamente contrária à limitação da natalidade (Paulo VI, 1970: 3, grifos meus).

Não bastava, porém, apenas negar o enquadramento neomalthusiano da crise ecológica. Se quisesse superar a condição de mera figurante no debate, a Igreja Católica tinha de fornecer uma alternativa que ao mesmo tempo legitimasse sua inserção e cativasse um público amplo. É assim que surge a estratégia de conectar a pauta ambiental com uma pauta de costumes, que estariam se degradando na mesma medida em que o mundo ia progressivamente colocando a religião católica em segundo plano. Segundo esse raciocínio, ambos os ambientes, o físico e o moral, estariam sendo poluídos e, portanto, ambos precisariam ser purificados: não basta impedir que seja despejado esgoto nos rios, se a mídia despeja nos lares um conteúdo que “contamina os espíritos com pornografia, programas imorais e performances licenciosas” (Paulo VI, 1973, tradução minha). Haveria, assim, uma conexão entre a “ecologia moral” e a ecologia física:

Hoje preocupamo-nos com a ecologia, isto é, com a purificação do ambiente físico onde se desenrola a vida do homem: porque não nos havemos de preocupar também com uma *ecologia moral*, onde o homem vive como homem e como filho de Deus? (Paulo VI, 1971: 3, grifo meu).

É dessa mesma conexão que derivam os conceitos católicos de *ecologia humana* – a expressão já fora usada por Paulo VI (1973), mas só ganhou corpo conceitual com os papas



João Paulo II e Bento XVI – e de *ecologia integral* – que, por sua vez, também fora usada pela Comissão Teológica Internacional (2009), mas só adquiriu importância como conceito com o papa Francisco (Santos, 2017: 113). No cerne desses três conceitos (ecologia moral, humana e integral) está o postulado de que degradação dos costumes e degradação ambiental estão interconectadas. Na fórmula sintética de Bento XVI: “os desertos exteriores multiplicam-se no mundo, porque os desertos interiores tornaram-se tão amplos” (idem, 2005: 3).

É esse conservadorismo reciclado, embutido no ambientalismo católico, que possibilita aos pontífices falarem de ecologia quando, na verdade, estão falando dos usos do corpo (Santos, 2016). Por exemplo, na *Laudato Si'*, que tanto foi celebrada por seu aparente progressismo em diversos meios, o papa Francisco afirma que:

O nosso corpo nos põe em relação direta com o meio ambiente e com os outros seres vivos. A aceitação do próprio corpo como dom de Deus é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como dom do Pai e casa comum; pelo contrário, uma lógica de domínio sobre o próprio corpo transforma-se numa lógica, por vezes subtil, de domínio sobre a criação. Aprender a aceitar o próprio corpo, a cuidar dele e a respeitar os seus significados é essencial para uma verdadeira ecologia humana. Também é necessário ter apreço pelo próprio corpo na sua feminilidade ou masculinidade, para se poder reconhecer a si mesmo no encontro com o outro que é diferente (Francisco, 2015: 49, §155).

Em suma, todo o remodelamento, por parte do discurso católico, das causas, ameaças e soluções envolvidas na crise ambiental, tem como objetivo retificar sua milenar “matriz discursiva<sup>4</sup>” (Sader, 1988: 142) de forma a legitimar sua inserção no novo campo das discussões ecológicas – ao mesmo tempo em que as alternativas ambientalistas tradicionais são desqualificadas, posto que são tratadas como ineficientes ou incompletas.

### **3. Ecoteologias católicas no Brasil**

A Igreja Católica no Brasil foi uma das primeiras a incorporar a pauta ecológica em suas discussões locais. Em 1979, mesmo ano em que Francisco de Assis seria proclamado santo padroeiro da ecologia por João Paulo II (1979), ocorreu no Brasil a Campanha da Fraternidade “Preserve o que é de todos”. Para além da proximidade entre a Igreja Católica e movimentos sociais urbanos e camponeses nessa época marcada pela ditadura (Sader, 1988), contou bastante na escolha do tema da CF-1979 a proximidade entre o cardeal Paulo

---

<sup>4</sup> “Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Para essas reelaborações de sentido, eles recorrem a matrizes discursivas constituídas, de onde extraem modalidades de nomeação do vivido” (Sader, 1988: 142).

Evaristo Arns e o ícone ambientalista brasileiro José Lutzenberger (Urban, 2001). O próprio Lutzenberger, aliás, é citado no manual da CF-1979 para respaldar a ideia de que “a ecologia é muito mais que uma visão científica”, pois ela também implica “um posicionamento ético” (CNBB, 1978<sup>5</sup>: 65).

Como evento ocorreu nos tempos áureos da teologia da libertação, a conexão entre ecologia e ética, típica da ecoteologia católica, acionava muito mais questões do âmbito social do que temas da moral individual. Numa das frases do manual que sintetiza esse raciocínio, afirma-se que “há uma íntima relação entre justiça humana e renovação da terra e entre injustiça humana e degradação ambiental” (ibidem: 84). Além disso, as “duas espécies de poluição mais degradantes”, segundo o documento, seriam a “poluição da miséria” e a “poluição da riqueza” (ibidem: 11). A “poluição moral” de que fala a CF-1979, portanto, é uma poluição que se refere às injustiças sociais.

Em oposição às opressões típicas da sociedade moderna, identificada com a indústria poluente e com o capitalismo, surgia, assim, a valorização do modelo das populações tradicionais (indígenas, agricultores, posseiros e seringueiros) (Costa, 2015b). Já num plano mais geral, as contradições entre as potências industriais do Norte e os países em modernização no Sul acabavam espelhadas no “antagonismo entre viver humildemente e em harmonia com a natureza versus viver na modernidade, com soberba e explorando a natureza” (Costa, 2015a: 97).

É interessante notar ainda que, em dado momento do manual, a Igreja Católica brasileira chega a afirmar quase explicitamente que o contexto era propício para o lançamento da campanha ecológica, mas sua intenção não era se alinhar aos movimentos sociais já existentes (identificados como superficiais), e sim propor transformações mais “profundas” que passassem, obviamente, pela ação especificamente religiosa – a única que seria capaz de ir à “raiz do problema” (CNBB, 1978: 94). Segundo consta no manual, existiria

no país clima propício para o lançamento de um movimento ecologista, como mais um modismo, provavelmente aterrador, envolvente e sensacional, mas, de fato, apenas inofensivo, ineficiente e alienador. A ecologia tem tudo para se tornar uma coqueluche: novela já temos. A Campanha da Fraternidade 79, ao escolher a ecologia como objeto da reflexão e conversão quaresmal da Igreja Católica no Brasil, evidentemente, não está pretendendo nem ser pioneira de um modismo, nem apenas despertar a curiosidade dos cristãos católicos para um assunto fascinante a qualquer telespectador dominical (CNBB, 1978: 93).

A figura erigida como modelo desse engajamento ecoteológico proposto pela CF-

---

<sup>5</sup> Pare evitar confusões, é importante ter em mente que os manuais sempre são lançados no ano anterior às Campanhas da Fraternidade.

1979 é a de Francisco de Assis, que consta representado já na contracapa do manual através de uma fotografia de sua estátua colocada no Jardim Zoológico de São Paulo. Ora, o sacerdote que mais se destacava à época nas discussões teológicas sobre a figura de Francisco de Assis como modelo ecoteológico era ninguém menos do que Leonardo Boff. Quatro anos antes da CF-1979, Boff já havia lançado significativo artigo sobre o tema. Intitulado “A não-modernidade de São Francisco: a atualidade do modo de ser de S. Francisco face ao problema ecológico”, o artigo defendia Francisco de Assis como a melhor forma de representar, no âmbito das discussões teológicas, a “síntese entre arqueologia interior com a ecologia exterior” (Boff, 1975: 342). Em outras palavras, o santo de Assis seria uma “espécie de antecipação medieval daquilo que a Teologia da Libertação entende por exemplaridade cristã” (Costa, 2016: 463).

Além disso, também já constava nesse artigo de Boff a mesma estratégia de legitimação da inserção religiosa no debate ambiental através do enquadramento de uma “crise mais profunda”, à qual somente o saber espiritual teria como responder: “o problema da ecologia não está na ecologia e a solução não reside na criação de uma legislação mais restritiva, no invento de instrumentos limitadores da poluição etc. Repousa numa dimensão mais profunda” (Boff, 1975: 336).

Esse alinhamento entre Boff e a doutrina católica oficial, porém, começaria a ruir na década de 1980 na medida em que iniciava-se, no Vaticano, sob o papado de João Paulo II, um movimento de marginalização da teologia da libertação (tanto em termos teológicos quanto em termos de recursos institucionais), o que caminhou em paralelo com o esvaziamento das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base (Prandi e Santos, 2015). O documento da Congregação para a Doutrina da Fé<sup>6</sup> que enquadrava a teologia da libertação como heterodoxia afirmava que “alguns, diante da urgência de repartir o pão, são tentados a colocar entre parênteses e a adiar para amanhã a evangelização” (Congregação para a Doutrina da Fé, 1984). O foco indisfarçável da rejeição, porém, encontrava-se no uso do repertório marxista:

as “teologias da libertação”, que têm o mérito de haver revalorizado os grandes textos dos profetas e do Evangelho acerca da defesa dos pobres, passam a fazer um amálgama pernicioso entre o pobre da Escritura e o proletariado de Marx. Perverte-se deste modo o sentido cristão do pobre e o combate pelos direitos dos pobres transforma-se em combate de classes

---

<sup>6</sup> Órgão da Igreja Católica responsável pela defesa das doutrinas através da averiguação de possíveis heresias e apostasias. O prefeito da Congregação, à época, era ninguém menos que Joseph Ratzinger, futuro papa Bento XVI.

na perspectiva ideológica da luta de classes (Congregação para a Doutrina da Fé, 1984).

Já o estopim do processo que culminou na “imposição de silêncio obsequioso” a Boff foi a repercussão do livro *Igreja: carisma e poder* (Boff, 1981). Segundo a avaliação da Congregação para a Doutrina da Fé, no “relativismo eclesiológico” defendido por Boff se explicitava “um profundo desentendimento daquilo que a fé católica professa a respeito da Igreja de Deus no mundo”, e suas ideias colocavam “em perigo a sã doutrina da fé (Congregação para a Doutrina da Fé, 1985).

### 3.1. A Eco-92 e a demarcação de fronteiras doutrinárias

Na esteira do apagamento do ativismo político das CEBs e do escantear da teologia da libertação, também o ativismo ecológico da Igreja Católica no Brasil permaneceu adormecido por vários anos, limitando-se apenas a algumas ações isoladas de dioceses e pastorais<sup>7</sup>. A grande efervescência ecológica que agitou o Brasil com a realização da Eco-92, contudo, voltaria a tirar a Igreja Católica de sua inércia: “diante do surpreendente despertar da consciência ecológica em toda a sociedade, a Igreja se sentiu convocada a retomar e aprofundar o tema” (CNBB, 1992: 3). O movimento, portanto, ressurgiu de fora para dentro.

Na avaliação da Igreja Católica no Brasil, estaria ocorrendo uma “emergência de movimentos sociais, questionadores dos padrões culturais dominantes em nossa sociedade”, e em razão disso, “nas últimas décadas, temas como gênero, etnia, sexualidade e meio ambiente [despontaram] na esfera política como campos de mobilização e luta social” (CNBB, 1992: 13). Ou seja, mais uma vez, a Igreja avaliou que a estrutura de oportunidades políticas era propícia para o lançamento de uma nova iniciativa ecoteológica. Sua proposta, como sempre, vinha no sentido de “*ampliar* os horizontes da questão do meio ambiente e do desenvolvimento”, considerando-a “à luz de *critérios teológicos e éticos*” (CNBB, 1992: 4-14, grifos meus).

Ao mesmo tempo em que se davam essas discussões no interior da Igreja Católica no Brasil, Boff, que a essa altura já era o mais destacado ecoteólogo do círculo católico latino-americano, renunciava ao sacerdócio por estar na iminência de sofrer uma segunda sanção disciplinar oriunda do Vaticano. O tom que ele adotaria, a partir de então, seria crescentemente crítico à instituição católica. Segundo defendia em seus escritos da época, haveria, sim, a necessidade de uma evolução espiritual para o saneamento das questões ambientais,

---

<sup>7</sup> As primeiras pastorais da ecologia, aliás, foram criadas nessa década, mais especificamente em 1986 (Peireira e Borba, 2016: 21).

mas essa evolução poderia ocorrer “a despeito das Igrejas e das religiões instituídas” (Boff, 1993: 149).

Foram essas “experimentações reflexivas heterodoxas” (Camurça, 2007: 402), que aproximaram Boff cada vez mais do mundo *new age*, no qual passou a ser visto como um “guru” (ibidem: 403). Dessa nova perspectiva, o planeta “vivo” (Mãe-Terra, Gaia, Pachamama), mais do que a Igreja, deveria a ser visto como locus do sagrado. E as críticas não se limitavam à Igreja Católica. Conforme argumentava Boff, apesar de possuir alguns traços positivos do ponto de vista ambiental, o próprio cristianismo também teria certa responsabilidade em relação à crise ecológica:

[...] a suspeita lançada sobre o corpo, o desprezo do mundo, a desconfiança acerca de todo prazer, da sexualidade e da feminilidade, o anúncio de um Deus desligado do mundo, o que favoreceu o surgimento de um mundo desligado de Deus. Tais elementos reforçaram a entrega do mundo à agressão humana (Boff, 1993: 47).

Tais críticas já eram velhas conhecidas da Igreja Católica desde o lançamento do artigo de Lynn White, *The Historical Roots of Our Ecological Crisis*, em 1967<sup>8</sup>. O próprio documento elaborado pela Igreja para a Eco-92 menciona a necessidade de uma “autocrítica da participação dos cristãos, das Igrejas e da teologia cristã na construção do modelo de desenvolvimento linear, utilitarista e predatório do meio ambiente” (CNBB, 1992: 9). Em resposta a isso, propõe-se uma “releitura” das narrativas bíblicas a partir da qual se deve entender que “Deus não está distante, totalmente transcendente a essa sua criação” – o que não deve implicar, segundo alerta o documento, na condenável postura de “ressacralizar a natureza” (CNBB, 1992: 38-41).

Esse delicado equilíbrio entre o dogmatismo estrito, que rejeita a sacralização da natureza, e a abertura a posturas mais esotéricas é um ponto de tensão em torno do qual todas as propostas ecoteológicas oriundas da instituição católica gravitaram. Quase sempre, as discussões oriundas não só do Brasil mas de todo o contexto católico latino-americano enfatizaram os benefícios ecológicos de uma postura mais mística e contemplativa, ao passo que os enquadramentos ditados pelo Vaticano procuraram, sempre que possível, impor freios a esse tipo de abertura que poderia ser considerada panteísta em alguns setores

---

<sup>8</sup> Segundo White (2007: 83, tradução minha), ao ensinar que Deus criou tudo no mundo para benefício do ser humano, a única criatura feita à sua imagem e semelhança (o que é chamado de doutrina da *imago Dei*), a narrativa judaico-cristã motivou o surgimento de um antropocentrismo sem precedentes no mundo. Não bastasse isso, ao se impor historicamente como a religião dominante no Ocidente, o cristianismo acabou “destruindo o animismo pagão” e, com isso, desencantou o mundo.

mais conservadores. De fato, a caracterização das preocupações ambientalistas como panteísmo, como será aprofundado mais a frente, é uma das pontas de lança do contramovimento ambientalista encampado por expoentes do conservadorismo católico brasileiro.

### 3.2. *Disputas em torno do enquadramento ecocatólico oficial: os limites da moldura*

A tentativa de incorporar traços de esoterismo ecológico no discurso católico oficial, isto é, defender certa abertura ao encantamento da natureza sem cair em algo que poderia ser considerado como idolatria ou paganismo, fica muito bem ilustrada no documento conhecido como *Profecia da Terra*, elaborado pela Comissão Episcopal Pastoral para o serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNNB em 2009: “Deus criou o cosmos, portanto, também a Terra, a Pachamama, Gaia” – porém, acrescenta o documento, “Ele é maior que sua criação” (CNBB, 2009: 63).

Em certa medida, essa maior permeabilidade aos enquadramentos mais esotéricos da crise ambiental está muito relacionada à continuidade da presença e da influência de Leonardo Boff nas discussões e movimentos ecoteológicos em toda a América Latina. Em uma coletânea que visava fornecer um texto-base para o 12º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo, Boff não só foi convidado a escrever um dos capítulos como foi enaltecido pelo editor como “teólogo, assessor de comunidades e movimentos sociais e um dos redatores da Carta da Terra, reconhecido como Nobel alternativo da paz de 2001 e autor de mais de 70 livros” (Cordeiro, 2009: 95).

No texto da referida coletânea, Boff – que mesmo fora do sacerdócio, nunca abriu mão totalmente da identidade católica – afirma que “o *capital espiritual* do cristianismo é fundamental” para a empreitada ambientalista, pois “são as religiões que, de fato e na prática, orientam as pessoas, muito mais que as ideologias e os interesses econômicos” (Boff, 2009: 98-102, grifo meu). Além disso, também se faz presente no texto a crítica a um suposto fechamento da Igreja Católica, afirmando-se que, a partir do enfrentamento das questões ambientais, surge “uma chance nova de o cristianismo ser *verdadeiramente católico*, isto é, universal” (ibidem: 105, grifos meus).

As críticas não só à Igreja Católica, mas também a alguns dos pilares do cristianismo, multiplicam-se em outros textos de Boff. Tal como Lynn White, Boff já tinha afirmado, por exemplo, que o monoteísmo “fechou muitas janelas da alma humana” e “dessacralizou o mundo” (Boff, 2004: 112); ainda, também já disse que “a diferença entre o espírito de uma floresta e o do ser humano não é de *princípio*, mas de *grau*” (idem, 2013: 188, grifos no original). A interpretação dos ensinamentos de Francisco de Assis também é disputada

por Boff. Segundo sua perspectiva, “sem qualquer reflexão teológica prévia”, o padroeiro da ecologia teria resgatado “*a verdade do paganismo*: que este mundo não é mudo, nem inerte, nem vazio” (Boff, 2004: 274, grifos meus).

Ocorre que até mesmo o simples ato de nomear o planeta, fazendo com isso alusão à metáfora de que ele é um ser vivo, já é veementemente reprovável na perspectiva dos setores mais conservadores do catolicismo. Não obstante, a Campanha da Fraternidade de 2011 cantava em seu hino: “Olha, meu povo, este planeta terra [...]. Nossa *mãe terra*, Senhor. Geme de dor noite e dia [...]. A terra é mãe, é *criatura viva*” (CNBB, 2010: 5, grifos meus). A maior rigidez doutrinária imposta pelo papado de Bento XVI, contudo, é facilmente percebida ao longo do manual da CF-2011, na qual são muito mais raras as referências à abertura espiritual para a natureza e ideias afins. Retomando escritos pontifícios sobre ecologia, o próprio manual da CF-2011 aponta que “Bento XVI quer evitar os desequilíbrios como conceder mais importância à natureza do que à pessoa humana” (ibidem: 78). É partindo dessas orientações que o manual afirma que a visão desencantada da natureza construída pelo cristianismo “é libertadora para o ser humano, pois contribui para se evitar a sacralização ou demonização do mundo ou de alguns de seus elementos” (ibidem: 85).

A ascensão do argentino Jorge Mario Bergoglio ao papado, contudo, vem retirando alguns desses freios doutrinários e dando mais espaço às “vozes do Sul” nas discussões vaticanas (Maçaneiro, 2016). Vale lembrar, nesse sentido, que além de *A igreja e a questão ecológica*, outro texto latino-americano, o *Documento de Aparecida*, também serviu de aporte à elaboração da encíclica *Laudato Si'* (Francisco, 2015). O *Documento de Aparecida* foi elaborado durante a V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (CELAM), e o então cardeal Bergoglio foi seu relator. As semelhanças entre o teor do *Documento de Aparecida* e a *Laudato Si'* saltam aos olhos:

“Nossa irmã a mãe terra” é nossa casa comum e o lugar da aliança de Deus com os seres humanos e com toda a criação. Desatender as mútuas relações e o equilíbrio que o próprio Deus estabeleceu entre as realidades criadas, é uma ofensa ao Criador, um atentado contra a biodiversidade e, definitivamente, contra a vida (CELAM, 2007, Seção 125).

[...] nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços [...]. Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou [...]. Esta responsabilidade perante uma terra que é de Deus implica que o ser humano, dotado de inteligência, respeite as leis da natureza e os delicados equilíbrios entre os seres deste mundo (Francisco, 2015: 3, 54).

Ao comentar o *Documento de Aparecida*, Dom Demétrio Valentini, bispo emérito de Jales, sintetiza a ideia de que “louvor e contemplação” são “as referências que podem consolidar uma atitude consciente de responsabilidade solidária do ser humano com toda a criação” (Valentini, 2009: 54). Por fim, vale lembrar que o tema ambiental também esteve na pauta da Igreja Católica no Brasil nas Campanhas da Fraternidade dos anos 2016 e 2017, ambas sob o pontificado de Francisco. Essa recorrência no tema por dois anos seguidos, algo extremamente raro, ilustra o esforço protagonizado por Francisco para finalmente emplacar a Igreja Católica como ator relevante no debate contemporâneo sobre o tema ambiental.

A CF-2016 foi ecumênica e teve a organização do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Apesar de seu lema ter sido “Casa Comum, nossa responsabilidade”, o foco das discussões foi o saneamento básico. A concretude do tema teve muito a ver com a estratégia de evitar divergências que surgiriam na tratativa de questões mais complexas, como a conexão entre degradação moral e degradação ambiental. Já as discussões teológicas reduziam-se a pinçar exemplos das narrativas bíblicas que poderiam servir de inspiração para uma visão mais simpática à proteção da natureza: “há muitos livros e passagens na Bíblia que descrevem e cantam a natureza em toda a sua beleza e revelam uma visão integrada do ser humano com o seu meio ambiente” (CONIC, 2015: 202).

Já na CF-2017, aprofundou-se como nunca a conjugação de elementos esotéricos com pautas de justiça social, agora com a chancela do Vaticano. Conforme cantava o hino oficial da Campanha:

Louvado seja, ó Senhor, pela mãe terra, que nos acolhe, nos alegra e dá o pão [...]. São muitos rostos – da Caatinga ao Pantanal: Negros e índios, camponeses: gente linda, lutando juntos por um mundo mais igual [...]. Se contemplamos essa “mãe” com reverência, não com olhares de ganância ou ambição, o consumismo, o desperdício, a indiferença, se tornam luta, compromisso e proteção (CNBB, 2016: 6).

A diversidade dos biomas brasileiros é valorizada em conjunto com a diversidade cultural, e tudo isso é aglutinado no discurso criacionista que procura melhorar, do ponto de vista católico, o relacionamento do ser humano com o planeta, nomeado pela CF-2017 como “Mãe-Terra, a Pacha-mama” (CNBB, 2016: 165). Já nas páginas finais do documento, a moldura do enquadramento ecocatólico oficial alarga-se a tal ponto que a sacralização da natureza chega a ser afirmada: “Deus é o criador do mundo e a natureza em sua essência natural é um lugar sagrado. Macular a natureza é ferir o sagrado” (ibidem: 313).



Tal abertura ao misticismo, vale ressaltar, caminha a par com o sempre repetido pressuposto de que a degradação da moral religiosa individual está, ao fim e ao cabo, na raiz da degradação do meio ambiente. Conforme afirma o manual da CF-2017, “tudo ficaria melhor, na natureza e na sociedade humana, *se vivêssemos de acordo com os preceitos que dele [Deus] recebemos*” (ibidem: 201-2, grifos meus). Além disso, a maioria das atividades ecologicamente motivadas, propostas no âmbito da CF-2016, são introspectivas: reflita sobre isso, pense sobre aquilo etc. Já as ambientações e decorações sugeridas para as atividades (ícones remetendo ao planeta, trechos bíblicos, músicas etc.) são sempre pensadas para favorecer essas reflexões.

#### **4. A frente religiosa do contramovimento ambientalista no Brasil**

Plínio Correia de Oliveira (1908-1995), expoente do catolicismo tradicionalista brasileiro, foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), entidade que protagonizou por décadas no Brasil o ativismo conservador católico contrário a pautas como reforma agrária, divórcio, aborto e comunismo. Plínio e os demais membros da TFP eram alinhados ao integrista, movimento católico que defendia, internamente à Igreja Católica, a excomunhão de sacerdotes e teólogos progressistas e, na frente externa, a retomada de esferas da vida pessoal e social (sobretudo os espaços políticos) que foram expropriadas da instituição católica com o avanço do processo de secularização (Pierucci, 1992). Em suma, trata-se de um movimento de reação, ou reacionário, contra a modernização religiosa e contra a modernização social.

Após a morte de Plínio houve intenso conflito sucessório na TFP e formaram-se dissidências. Uma delas, liderada por Adolpho Lindenberg (primo-irmão de Plínio) e por Dom Bertrand de Orléans e Bragança, criou, em 2006, o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO). Lindenberg não é tão presente no ativismo do instituto, mas Dom Bertrand, tido como príncipe imperial do Brasil, é reconhecido sobretudo por sua atuação no movimento de restauração da monarquia brasileira, fazendo-se presente em diversas das manifestações de massa ocorridas desde 2013 (Quadros, 2017: 22). Nos últimos anos, Dom Bertrand também vem centralizando em sua figura a contraposição do IPCO aos movimentos ambientalistas. Conforme resume um dos informes do instituto:

Dom Bertrand, que se tornou o símbolo dessa defesa do Brasil contra o falso ecologismo socialista, [...] tem autoridade para falar. Já no reinado de Dom Manuel, seu antepassado direto, foi feita uma primeira lei protegendo certas árvores. Daí o nome: “madeira de lei”. A Floresta da Tijuca, hoje admirada por todos, foi replantada por decisão de Dom Pedro II e se tornou a maior floresta urbana do mundo. Mas o esforço do Príncipe, em defesa do Brasil,

não tem sido fácil. Pelo contrário, tem custado suor e lágrimas. Além do esforço intelectual, não dispõe de meios para viagens, material gráfico, correio etc. Para levar adiante essa campanha, precisamos da sua ajuda<sup>9</sup>.

Na retaguarda de Dom Bertrand, há uma série de membros do IPCO que atuam ativamente na produção de artigos e na conclamação de passeatas atacando as pautas verdes. Uma simples incursão pelos títulos de artigos divulgados pelo IPCO já fornece uma boa pista do tipo de enquadramento que o instituto propõe para a questão do meio ambiente: “Controlando até a respiração”<sup>10</sup>; “Problema dos ursos polares ‘em extinção’: estão gordos e numerosos demais”<sup>11</sup>; “‘Igreja pan-amazônica’: ‘a última loucura’ para desfazer o Brasil?”<sup>12</sup>; “Vaticano acolhe maiores inimigos da vida com pretextos ambientalistas radicais”<sup>13</sup>; “Terra entrou em mini-era glacial, mas IPCC ainda discute o furado Acordo de Paris”<sup>14</sup>; “Festa de ‘energias renováveis’ depaupera espanhóis”<sup>15</sup>; “Brasil sendo desgarrado: a Panamazônia ‘místico-ecológica’ se prepara para ver a luz”<sup>16</sup>; “Castelos, abadias e aldeias medievais: melhor integrados na natureza que utopias ‘verdes’”<sup>17</sup>; “Prof. Molion denuncia manobras políticas que manipulam a ciência climática”<sup>18</sup>; “‘Aquecimento global’: a maior ‘fake news’ da História”<sup>19</sup>; “‘Direitos’ de rios e bichos”<sup>20</sup>; “Nossa agricultura produtiva e sustentável”<sup>21</sup>; “Sínodo da Amazônia: mídia de esquerda quer jogar governo

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://mkt.ipco.org.br/vl/acdc6fd5e0c8-1abd-6549414d84b--52-952a7adegXe-gdwHeluAXe89c0d4d74d>>. Acesso em 18/09/2019.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/controlando-ate-a-respiracao-pndh3-e-o-direito-ao-meio-ambiente/#.XJkOSNJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/problema-dos-ursos-polares-em-extincao-estao-gordos-e-numericos-demais/#.XJkPdNJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/igreja-pan-amazonica-a-ultima-loucura-para-desfazer-o-brasil/#.XJkPR9JKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/vaticano-acolhe-maiores-inimigos-da-vida-com-pretextos-ambientalistas-radicaes/#.XJkPjtJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/terra-entrou-em-mini-era-glacial-mas-ipcc-ainda-discute-o-furado-acordo-de-paris/#.XJkPstJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/festa-de-energias-renovaveis-depaupera-espanhoes/#.XJkP0dJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/brasil-sendo-desgarrado-a-panamazonia-mistico-ecologica-se-prepara-para-ver-a-luz/#.XJkP19JKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/castelos-abadias-e-aldeias-medievais-melhor-integrados-na-natureza-que-utopias-verdes/#.XJkP29JKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/prof-molion-denuncia-manobras-politicas-que-manipulam-a-ciencia-climatica/#.XJkP3NJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/aquecimento-global-a-maior-fake-news-da-historia/#.XJkP4dJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/direitos-de-rios-e-bichos/#.XJkP4tJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/nossa-agricultura-produtiva-e-sustentavel/#.XJkQxNJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

contra Igreja”<sup>22</sup>; “Terra está ficando ‘mais verde’: informe da NASA”<sup>23</sup>; “O Sínodo sobre a Amazônia e a soberania nacional”<sup>24</sup>; “Promoção da agenda ‘verde’ no pontificado do Papa Francisco”<sup>25</sup>.

Algumas dessas produções, em conjunto com a apostila *Ambientalismo: preservação da natureza ou cavalo de Troia?*<sup>26</sup>, constituem a base do livro *Psicose ambientalista*<sup>27</sup>: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma “religião” ecológica, igualitária e anti-cristã, lançado em 2012 e com autoria atribuída a Dom Bertrand.

A sinopse que compõe a orelha do livro descreve da seguinte maneira as intenções da publicação:

[...] o conjunto de atividades empreendidas pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira visa a mobilização da sociedade civil, a fim de preservar os pilares básicos da civilização cristã ameaçados pela Revolução atea e igualitária [...]. Dando continuidade a essa Cruzada, o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira edita o presente livro – *Psicose Ambientalista* – denunciando a investida das esquerdas para implantar uma “religião” ecológica no Brasil e no mundo (Bragança, 2017).

Segundo o enquadramento proposto pelo IPCO, o movimento ambientalista, de forma genérica, é um cavalo de Troia que esconde, em seu interior, várias das ideologias e pautas às quais o instituo se opõe, tanto no plano político quanto no religioso. Assim, são recorrentes os trechos em que Dom Bertrand pretende desmascarar os agentes que estariam camuflados na roupagem ambientalista. Um deles é a teologia da libertação, descrita como “a velha e desacreditada utopia socialista, acolhida em ambientes de esquerda católica, que se apresenta agora com ares de defensora da ‘boa causa’ ambientalista” (Bragança, 2017: 11). Além da teologia da libertação, o ambientalismo também estaria propondo “uma nova religião, que pretende justificar e implantar uma sociedade humana igualitária e neotribal, lastreada num misto de pseudociência com filosofias arcaicas e pagãs” (ibidem, 31). Em outros textos, os adversários se multiplicam e, às vezes, se misturam, como um dragão de

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/sinodo-da-amazonia-midia-de-esquerda-quer-jogar-governo-contra-igreja/>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/terra-esta-ficando-mais-verde-informe-da-nasa/#.XJkRINJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/o-sinodo-sobre-a-amazonia-e-a-soberania-nacional/#.XJkRH9JKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/promocao-da-agenda-verde-no-pontificado-do-papa-francisco-i/#.XJkRItJKinU>>. Acesso em 20/03/2019.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://ipco.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Ambientalismo-Cavalo-de-Troia.pdf>>. Acesso em 18/09/2019.

<sup>27</sup> Em 7 de setembro de 2019, Dom Bertrand também inaugurou um canal no Youtube com o mesmo nome, *Psicose Ambientalista*. Nele, o “príncipe” propõe-se a exibir “análises sérias e fundamentadas [sobre o tema do meio ambiente], baseadas nos melhores dados da ciência e com uma doutrina segura”.

várias cabeças:

Isto não é outra coisa senão o ideal comuno-indigenista disfarçado de verde. *Por detrás da ecologia surge o marxismo de sempre, com características próprias da Teologia da Libertação* [...]. Os argumentos pseudotécnicos amplamente propagandeados são meros pretextos para iludir a opinião pública e implantar uma ordem social falsa, que não é outra coisa senão o socialismo de Estado, ou seja, o velho comunismo metamorfoseado [...]. [P]or detrás dessa investida ambientalista em favor de uma pretensa preservação da natureza, o que se oculta sorrateiramente é o cavalo de Troia do neocomunismo verde (ibidem, 168-71, grifos no original).

À época da Eco-92, o próprio Plínio de Oliveira já havia expressado uma crítica<sup>28</sup> parecida aos movimentos ambientalistas, afirmando a

desconfiança de que a ecologia seja o comunismo metamorfoseado [...]. Então, aos que dizem – “o comunismo morreu” – a resposta é: “Aqui está o comunismo transformado”. E convém esclarecer que o igualitarismo ecologista realiza a plenitude do sonho igualitário do comunismo (Oliveira, 1992).

Para contra-atacar esse adversário, visto como pluripotente, o IPCO utiliza-se de um repertório discursivo diversificado que o permite contestar o (e oferecer recursos de contestação ao) ativismo ecológico em termos religiosos e seculares. Na seara teológica os raciocínios mais acionados são: a) a acusação de que o movimento ambientalista é herege (panteísta, politeísta etc.) porque sacraliza a natureza e os seres naturais; b) a explicitação de um trecho do livro bíblico de Gênesis no qual consta famoso mandamento da dominação que diz “enchei a terra e sujeitai-a, dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo animal que rasteja sobre a terra” (Gênesis, 1: 28). Conforme a leitura de Dom Bertrand, “o texto do Gênesis não poderia deixar mais clara a ordem de Deus ao ser humano, de encher a Terra e dominá-la” (ibidem: 27).

O raciocínio acerca da narrativa da criação divina estende-se afirmando que “em consequência do pecado [original], a natureza tornou-se hostil, e precisa ser dominada” (ibidem: 29). Ou seja, a ideia de que o deus cristão instruiu o ser humano a cultivar e guardar o Jardim do Éden, recorrentemente usada como aporte teológico para iniciativas ambientalistas afeitas ao cristianismo, é descartada em razão do fato de que isso não se aplicaria ao planeta como um todo após o pecado original.

Já na frente secular, há três campos principais de combate: a ciência, a economia e a política. O IPCO recorre à divulgação de diversos estudos dos assim chamados negacionistas ambientais, céticos do clima etc. (Leite, 2015), afirmando basicamente que há uma

---

<sup>28</sup> Mais do que isso: a TFP chegou a organizar, em paralelo à Eco-92, uma conferência denominada “Eco-92 – Vozes alternativas”, que ocorreu no Hotel Copacabana Palace (Oliveira, 1992).

“contestação científica ruidosa às hipóteses ambientais” (Bragança, 2017: 51). Paradoxalmente, segundo o enquadramento proposto pelo IPCO, a carência de evidências é outra característica que faz do ambientalismo uma “religião”. Ou seja, assume-se, a partir disso, que “religião” é uma categoria de acusação, uma desqualificação. Mais do que isso, as metáforas e ironias utilizadas pelo IPCO para fazer paralelos entre o ativismo ecológico e a crença religiosa muitas vezes partem de exemplos históricos que foram característicos da própria Igreja Católica, como a inquisição:

As discussões ambientais viraram debates sobre dogmas de fé, e quem contrariar as eco-verdades será condenado à fogueira. Se bem que essa nova inquisição, a do aquecimento global, não possa enviar ninguém para a fogueira, porque a lenha e o nosso corpo são feitos de carbono e queimá-los liberará gases que vão incrementar o aquecimento global (Bragança, 2017: 43).

Já sobre a crítica econômica das pautas ecológicas, o IPCO busca ressaltar a suposta irracionalidade que deriva dos custos oriundos da demarcação de reservas, das restrições do código florestal à produção agrícola etc. Por fim, na esfera política, afirma-se que a ecologia é uma retórica adotada por políticos de esquerda e seus seguidores ansiosos por maior controle sobre as propriedades e liberdades individuais, ou até mesmo com planos de instaurar “um *governo mundial totalitário*, e assim transformar a humanidade numa sociedade hostil e até persecutória à civilização cristã” (ibidem: 103, grifos no original).

O IPCO chega a oferecer uma lista de “ambientalistas notórios” em conjunto com citações que “revelam seus objetivos: socialismo, miserabilismo, totalitarismo, comunismo” (ibidem, p. 73-89). Nessa lista, dentre outros, constam: Hugo Chávez; Evo Morales; Frei Beto, retratado numa foto com boné do MST; Marina Silva; Bin Laden, descrito como “chefe terrorista e ambientalista islâmico”; Charles Manson; James Cameron, diretor do filme Avatar; Paul Singer; Leonardo Boff; Barack Obama; Al Gore; e James Lovelock, criador da “hipótese Gaia”.

#### *4.1. Ambientalismo e religião unidos no ataque à soberania nacional*

Não é nova a agenda de defender o Brasil contra globalistas que se articulariam com partidos de esquerda, ONGs e outros atores para atacar a soberania nacional. Tampouco é novo o enquadramento que articula essas pautas globalistas com a ação de instituições religiosas. Nesse sentido, é recorrente a citação de um relatório, que não consta em sua íntegra em lugar algum, mas que teria sido elaborado em 2005 por um colegiado denominado GTAM (Grupo de Trabalho da Amazônia), composto por membros da Abin (Agência

Brasileira de Inteligência) e órgãos de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal. O relatório comprovaria que diversas ONGs que atuam na Amazônia servem apenas de fachada para os interesses geopolíticos de nações estrangeiras.

São vários os grupos de teor nacionalista e conservador, ou mesmo conspiracionistas, que repercutem até hoje o tal relatório. Apenas para dar um exemplo – que é simbólico por levar o nome de um minério que ganhou proeminência no cenário político brasileiro contemporâneo –, o blog “niobiomineribrasileiro.blogspot.com” afirmava, já em 2008, que um relatório da GTAM provava que a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol era fruto da ação de ONGs (dentre elas o Cimi – Conselho Indigenista Missionário, da Igreja Católica) preocupadas apenas em resguardar “o maior veio de ouro do mundo, uma grande jazida de diamantes e depósitos incalculáveis de nióbio e outros minerais de uso estratégico, riquezas que doravante será (sic) vedado ao Brasil explorar”<sup>29</sup>.

Mauro Benedito Guaraldo Secco, ex-coronel do exército, também se utiliza de trechos do relatório em sua dissertação de mestrado em História Comparada, defendida na UFRJ. Segundo Secco (2009: 58), o relatório, cuja referência bibliográfica não é citada, demonstraria “que a internacionalização da Amazônia é o real objetivo de grandes ONGs internacionais, que também contam com o apoio e participação de instituições brasileiras, algumas ligadas à Igreja Católica”. E não para por aí. Secco (2009: 59) também afirma que o relatório comprova acusações propagadas pelo Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa), as quais afirmam que a liderança das ONGs ambientalistas “é exercida pela União Nacional para a Conservação da Natureza (UINC) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), este sob o comando do príncipe Charles, do Reino Unido e tendo entre seus dirigentes o banqueiro Joseph Safra”.

Vale lembrar que o MSIa também é um movimento amplamente conhecido no meio negacionista. Na aba “quem somos” de seu site, o MSIa afirma que luta contra “a ideologia de gênero, a indução de divisões étnica ou raciais nas sociedades e a idolatria da natureza”<sup>30</sup>. Entre as principais publicações editadas por integrantes do MSIa, estão *Máfia Verde*<sup>31</sup> (Carrasco, Palacios e Lino, 2001), *Os Desvios da Campanha da Fraternidade*

---

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://niobiomineribrasileiro.blogspot.com/2008/12/niobio-e-recursos-estrategicos-e.html>>. Acesso em 19/08/2019.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://msiainforma.org/quem-somos/>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>31</sup> Dentre as inúmeras teorias da conspiração divulgadas no livro, consta a de que o WWF foi “fundado pela Casa de Windsor em 1961, para, junto com a Igreja da Inglaterra e seu braço ‘ecumênico’, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), estabelecer e dirigir um exército de ONGs, que, a pretexto de defender causas de grande apelo popular, estão corroendo a estrutura interna dos Estados nacionais fazendo avançar a bandeiras do livre comércio e da ‘globalização’” (Carrasco, Palacios e Lino, 2001: 26).

2011<sup>32</sup> (ibidem, 2011) e *Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil: um olhar nos porões do Conselho Mundial de Igrejas*<sup>33</sup> (Carrasco e Palacius, 2013).

Por fim, o jornal *O Estado de S. Paulo* também chegou a repercutir o tal relatório da GTAM, igualmente sem citar a fonte, afirmando, com base no mesmo, que:

o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Igreja Católica, principal defensor da “autonomia e da autodeterminação dos indígenas”, teria recebido, entre 1992 e 1994, US\$ 85 milhões da Fundação Nacional para a Democracia, dos Estados Unidos, mantida pelo governo e dirigida pelo Congresso americano.

A publicação d’*O Estado de S. Paulo* levou o Cimi a abrir um processo judicial contra o jornal. Em nota pública<sup>34</sup>, o Cimi afirmou que “as acusações e falsidades arroladas na matéria são velhas conhecidas”, uma vez que, “durante o processo Constituinte, em 1987, as mesmas acusações foram publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em ‘reportagens’ sobre a suposta atuação de missões religiosas como fachada de interesses de mineradoras estrangeiras”. A contínua reciclagem dessa narrativa de articulações entre ONGs e religiões contra a soberania nacional, de fato, é algo notório. O próprio *O Estado de S. Paulo* voltaria a publicar, em 2007, uma entrevista com o General Augusto Heleno na qual a mesma teoria é explicitada:

A cobiça internacional não se manifesta por ações explícitas de força. Ela age de forma subreptícia, pouco transparente e dissimulada. Fica difícil entender por que pouquíssimas ONGs dedicam-se a socorrer a população nordestina, enquanto centenas delas trabalham junto às populações indígenas<sup>35</sup>.

O financiamento internacional das ONGs ambientalista, segundo a reportagem, é

motivo de grande preocupação para diferentes órgãos do governo, como o Ministério da Defesa, o Comando do Exército, a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Todas demonstraram essa preocupação em relatórios e depoimentos [...]. Entre as informações coletadas na Amazônia e classificadas como preocupantes pelo governo está a existência de *índios que participam de uma assembleia de evangelistas sem fronteira e falam*

---

<sup>32</sup> Segunda essa publicação, ao tentar “justificar a agenda ambientalista segundo os cânones do magistério cristão”, a CNBB estaria utilizando citações de documentos eclesiais e declarações de autores cristãos e papas “retiradas dos seus contextos gerais para fazer parecer que a doutrina cristã apoia o radicalismo ‘verde’”. O resultado, segundo os autores do MSIa, “é a promoção de uma autêntica idolatria da natureza, que remete ao paganismo pré-cristão, como já advertiu ninguém menos que o próprio papa Bento XVI, que rotulou a ideologia malthusiana-ambientalista como ‘neopaganismo’” (Carrasco, Palacius e Lino, 2011: 15).

<sup>33</sup> Além de afirmar que o CMI apenas se aproveita da retórica da proteção de indígenas para mascarar interesses supranacionais, essa publicação também afirma que “o movimento ambientalista-indigenista se coordena com as redes da Teologia da Libertação marxista” e o “‘ecoteólogo da libertação’ Leonardo Boff, hoje um dos sacerdotes do culto a Gaia, a Mãe-Terra” (Carrasco e Palacius, 2013: 114).

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://cimi.org.br/2005/05/23492/>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>35</sup> Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20071125-41676-nac-424-epl-r114-not>>. Acesso em 19/09/2019.

*apenas inglês*.<sup>36</sup>

Em razão desse histórico, não é surpresa constatar que, atualmente, o governo Bolsonaro considere o Sínodo da Amazônia<sup>37</sup> parte de uma “agenda de esquerda”<sup>38</sup>, o que vem gerando um confronto político significativo entre a Igreja Católica, promotora do evento, e os representantes do Estado. Os órgãos da Igreja Católica que participam mais diretamente do evento já vieram inclusive à público manifestar sua preocupação com a escalada do conflito, afirmando que suas lideranças estão sendo “criminalizadas como inimigas da Pátria” (CNBB/REPAM, 2019b: 1).

Ainda durante a campanha presidencial, as redes virtuais bolsonaristas impulsionaram a insinuação de que o papa Francisco era um comunista disfarçado<sup>39</sup> e o próprio Bolsonaro chegou a afirmar que a CNBB e o Cimi “são a parte podre da Igreja Católica”<sup>40</sup>. Quando as notícias sobre a realização do Sínodo começaram a ganhar corpo, o mesmo Augusto Heleno, agora na posição de ministro de Estado, afirmou: “estamos preocupados e queremos neutralizar isso aí”, “vamos entrar fundo nisso”<sup>41</sup>. Em outra reportagem, o ministro detalhou suas preocupações:

A preocupação com o sínodo é uma preocupação real, porque o sínodo tem uma pauta que ele vai desenvolver e alguns assuntos dessa pauta são de interesse de segurança nacional. [...] [O sínodo] quer falar de terra indígena, quer falar de exploração, de plantação, quer falar de distribuição de terra. Isso são assuntos do Brasil. O Brasil não dá palpite no deserto do Saara, na floresta das Ardenas, no Alasca [...]. A gente fica engolindo umas coisas que não tem que engolir. Às vezes a gente esquece que é a nona economia do mundo, que é um país

---

<sup>36</sup> Grifos meus. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20071125-41676-nac-412-epl-r102-not>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>37</sup> Na Igreja Católica, o sínodo é uma reunião de bispos convocada para tratar de temas específicos de determinado contexto. O sínodo da Amazônia foi anunciado outubro de 2017, com realização prevista para outubro de 2019, com o objetivo de “defender a Amazônia e seus Povos”. O encontro resultou não só da ênfase ecológica do pontificado de Francisco, mas também da influência do Cardeal brasileiro Dom Cláudio Hummes, que atualmente preside a Rede Eclesial Pan-amazônica (REPAM). O sínodo da Amazônia será composto de várias etapas. Na primeira delas, comunidades locais são consultadas acerca dos temas definidos pelo Vaticano e, a partir de suas respostas e sugestões, elabora-se um relatório denominado “documento preparatório”. Na segunda etapa, um conselho nomeado pelo papa analisa o documento preparatório e produz um “instrumento de trabalho”, ou *Instrumentum laboris* (REPAM/CNBB, 2019a), que funcionará como uma pauta do sínodo. Em seguida, já no sínodo, os bispos se reúnem e os tópicos do instrumento de trabalho são discutidos. Finalmente, as medidas aprovadas no sínodo são resumidas pelo papa em uma Exortação Apostólica e passam a ser praticadas pelas Igrejas locais.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://istoe.com.br/sinodo-da-amazonia-e-um-evento-politico-diz-bolsonaro/>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,planalto-ve-igreja-catolica-como-potencial-opositora,70002714758>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583781-bolsonaro-sobre-os-bispos-brasileiros-eles-sao-a-parte-podre-da-igreja-catolica>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>41</sup> Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,planalto-ve-igreja-catolica-como-potencial-opositora,70002714758>>. Acesso em 19/09/2019.



soberano, independente<sup>42</sup>.

Ainda, um vazamento obtido pelo site *The Intercept Brasil* mostra que o governo vem discutindo, em reuniões fechadas, um plano de ocupação do território amazônico chamado projeto “Barão de Rio Branco”. Nos áudios e slides das reuniões divulgadas pelo site, a Igreja Católica e o Sínodo da Amazônia são citados como entraves a esses planos e como potenciais instrumentos de manipulação com vistas à internacionalização da Amazônia: “O Sínodo da Amazônia vai trazer problemas seríssimos para nós, porque ele vem com viés ambientalista, contra tudo o que a gente pensa”<sup>43</sup>.

Ora, se a Igreja Católica é vista pelo governo como inimiga potencial, o IPCO, pelo contrário, tem sido visto como aliado. A contraposição ao Sínodo da Amazônia é o maior bandeira do IPCO nos últimos meses, e para além das usuais passeatas, palestras, organização de eventos de protesto e abaixo-assinados, o instituto chegou a criar até mesmo um domínio online<sup>44</sup>, disponível em português, inglês, italiano e alemão, exclusivamente para criticar o Sínodo.

Como sempre, a acusação é de que o Sínodo estaria camuflando sob o manto ecológico pautas que o instituto rejeita, tanto no plano político quanto no plano religioso. Um exemplo simbólico é a abertura ao sacerdócio feminino, que consta na pauta de discussão do Sínodo<sup>45</sup>. Em um dos vídeos do canal do IPCO no Youtube, há diversas imagens de uma caravana contra o Sínodo e, em uma das falas expostas, o entrevistado refere-se sarcasticamente às potenciais sacerdotisas como “padroas” e em seguida emenda: “olha, Jesus escolheu 12 apóstolos não foi à toa, foram homens”<sup>46</sup>. Acerca desse tema, vale lembrar que, assim como na TFP, o IPCO também não aceita a filiação de mulheres, pois suas atividades (como as marchas e viagens) não seriam “próprias para pessoas do sexo frágil”<sup>47</sup>.

Já em outro vídeo<sup>48</sup> no mesmo canal, José Antônio Ureta afirma que os documentos

---

<sup>42</sup> Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/helena-admite-preocupacao-com-sinodo-sobre-amazonia-mas-nega-monitoramento.shtml>>. Acesso em 20/09/2019.

<sup>43</sup> Disponível em <<https://theintercept.com/2019/09/19/plano-bolsonaro-paranoia-amazonia/>>. Acesso em 20/09/2019.

<sup>44</sup> Trata-se do: <<https://panamazonsynodwatch.info/>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>45</sup> Dentre outros apontamentos sobre o tema, o *Instrumentum laboris* do Sínodo afirma que “é necessário assumir o papel da liderança feminina no seio da Igreja” (CNBB/REPAM, 2019a: 30, §79).

<sup>46</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SfwvqB7bdKQ&list=PLOkk8sunVVM-rSW6nArW1H4ctuBiXqp12B&index=7>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588120-monarquistas-ocupam-cargos-em-brasilia-e-reabilitam-grupo-catolico-ultraconservador>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>48</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCQ1AILik29K5tNXaONRipIA>>. Acesso em 19/09/2019.

oficiais elaborados pela Igreja Católica na preparação do Sínodo são baseados na “teologia índia”, que seria uma “reciclagem da teologia da libertação. Nas palavras de Ureta, do ponto de vista dessa “cosmovisão panteísta e politeísta”, as classes exploradas agora seriam “os índios e a própria natureza”. Além disso, em um de seus abaixo-assinados, o IPCO se declara solidário com “a resolução das autoridades nacionais de defender a integridade do seu território”, uma vez que estariam tendo lugar no Sínodo discussões que representam “inaceitável atentado contra diversas soberanias nacionais”<sup>49</sup>.

Por fim, é preciso acrescentar que a aproximação entre o IPCO e o governo atual não se limita à convergência entre suas pautas antiambientalistas. Membros próximos ao IPCO e a Dom Bertand vem ocupando diversos cargos governamentais, além de se reunirem repetidamente com deputados e senadores no Congresso<sup>50</sup>. Além disso, a obra de Dom Bertrand, *Psicose ambientalista*, não só foi propagandeada por Eduardo Bolsonaro em suas contas nas redes sociais como vem sendo recorrentemente citada pelo presidente Bolsonaro em ocasiões nas quais são discutidas questões ecológicas – como no encontro do G-20 com Ângela Merkel e Emmanuel Macron<sup>51</sup>, no Japão; ou quando acusou o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) de estar “a serviço de alguma ONG”<sup>52</sup> na polêmica sobre a divulgação de dados sobre o desmatamento da Amazônia.

## Conclusões

Na esteira das movimentações originadas no Vaticano – que já era simpático à causa ambiental, mas passou a apoiá-la ainda mais veementemente no pontificado de Francisco –, os enquadramentos e interpretações elaborados por lideranças e sacerdotes católicos no Brasil também procuram cada vez mais conjugar a identidade religiosa com a adoção de condutas ecologicamente corretas. Dessa forma, a Igreja Católica no Brasil busca, ao mesmo tempo, transformar comportamentos em larga escala no plano da sociedade civil, ainda majoritariamente católica, e influenciar a formulação de políticas públicas<sup>53</sup> –

---

<sup>49</sup>Disponível em: <<https://ipco.org.br/em-defesa-da-soberania-da-regiao-amazonica-e-de-seu-desenvolvimento/>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>50</sup> Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588120-monarquistas-ocupam-cargos-em-brasilia-e-reabilitam-grupo-catolico-ultraconservador>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/29/bolsonaro-diz-ter-falado-para-merkel-que-brasil-e-alvo-de-psicose-ambientalista.ghtml>>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>52</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564267856\\_295777.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564267856_295777.html)>. Acesso em 19/09/2019.

<sup>53</sup> Essa atuação política, porém, é muito mais indireta do que a do segmento evangélico, o qual vem participando cada vez mais ativa e explicitamente da dinâmica partidária e eleitoral do país (Prandi e Santos, 2017; Prandi *et al*, 2019b).

aspectos esses que não são, de forma alguma, excludentes (Abers e Bulow, 2011: 65).

Ocorre que os *frames* “ecocatólicos” – isto é, os enquadramentos da realidade e guias para a ação construídos pelo ativismo ecológico católico – apresentam uma série de afastamentos em relação àqueles dos movimentos ambientalistas tradicionais, ao mesmo tempo em que suscitam uma série de conflitos que articulam questões religiosas, políticas, econômicas etc. Além disso, contam muito na legitimação desses enquadramentos as inúmeras desigualdades hierárquicas da Igreja Católica, permeada por conflitos internos que interferem nas alianças entre clérigos brasileiros e membros da Cúria Romana.

No caso em tela, a elaboração dos enquadramentos católicos oficiais da crise ecológica passa por intensa negociação de significados em torno de categorias como “natureza” (que, do ponto de vista dos sacerdotes, não tem dignidade em si, sendo seu valor derivado única e exclusivamente do ato de uma divindade criadora), “ambiente” (que supõe-se incluir não só os aspectos físicos da vida selvagem mas também os aspectos morais da vida social) e “dominação” (pois, a despeito de todo malabarismo retórico, a ortodoxia católica não chega a abrir mão da ideia de que o homem está hierarquicamente acima das demais criaturas). Concretamente, os enquadramentos propostos pela Igreja Católica no Brasil a partir dessas categorias nem sempre foram totalmente alinhados com a matriz elaborada no Vaticano, uma vez que houve, por aqui, maior abertura a posturas místico-contemplativas em relação à natureza e maior ênfase em questões éticas relacionadas com problemas sociais, mais do que com temas da moral individual.

No círculo do ativismo ambiental católico extraoficial, outra gama de repertórios, táticas, identidades, enquadramentos e redes se faz presente, na medida em que o peso da ortodoxia, suas respectivas restrições doutrinárias e os interesses institucionais da Igreja Católica perdem influência. Na ecoteologia defendida por Boff, que vai se afastando do núcleo católico na mesma medida em que adquire grande ressonância em correntes espirituais de toda a América Latina (Kerber, 2006), a resolução dos problemas ambientais demanda um reencantamento do mundo, que prescindiria da tutela institucional de qualquer religião. Além disso, em sua perspectiva, a ênfase mística caminha a par com a ênfase em questões sociais. Nas palavras de Boff (2004: 150), “o pobre e o oprimido são membros da natureza e sua situação representa objetivamente uma agressão ecológica”.

Por fim, em oposição à movimentação católica (oficial e extraoficial) em torno das pautas ambientais, o IPCO vem acionando o mesmo repertório que utiliza em outras contendas: produção de abaixo-assinados e petições, organização de passeatas e caravanas

e divulgação de textos denunciando que o ambientalismo seria um “cavalo de Troia” que esconde, em seu interior, demandas e ativistas “comunistas” e “panteístas” (IPCO, 2012).

Tal como a atuação da ala católica pró-ambientalismo, o contramovimento ecológico encampado pelo IPCO alterna entre diferentes tipos de enquadramento (ora religiosos, ora técnicos) procurando atuar na sociedade civil ao mesmo tempo em que pressiona o poder público. Na conjuntura atual, como bem ilustra o debate em torno do Sínodo da Amazônia, tais demandas reacionárias não vêm impactando significativamente as discussões e ativismos religiosos da Igreja Católica, porém estão encontrando muita ressonância na esfera secular do governo, com o qual estão sendo construídas os mais diversos intercâmbios de temas, recursos e poder.

### Referências bibliográficas

- ABERS, R. e BÜLOW, M. V. (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?. *Sociologias*, vol. 13, n. 28, p. 52-84.
- ALONSO, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, n.76, p.49-86.
- ALONSO, A.; COSTA, V. & MACIEL, D. (2007). Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estudos*, n. 79, p. 151-67.
- BENTO XVI, Papa (2005). *Santa missa imposição do púlpito e entrega do anel do pescador para o início do ministério Petrino do Bispo de Roma - Homilia*. 24 de abril. Disponível em <[https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2005/documents/hf\\_ben-xvi\\_hom\\_20050424\\_inizio-pontificato.pdf](https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2005/documents/hf_ben-xvi_hom_20050424_inizio-pontificato.pdf)>, acessado em 05/09/2019.
- BOFF, L (1975). A não-modernidade de São Francisco: a atualidade do modo de ser de S. Francisco face ao problema ecológico. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, a. 69, v. LXIX, n. 5, p. 335-348.
- \_\_\_\_\_ (1981). *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1993). *Ecologia, mundialização, espiritualidade*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_ (2004 [1995]). *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*, São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_ (2009). Salvar a Terra, cuidar da humanidade e garantir o futuro da vida e da fé cristã. In: CORDEIRO, Valdecir Luiz (org.). *Do ventre da Terra, o grito que vem da Amazônia – CEBS/Ecologia e Missão*, Texto-base. São Paulo: Paulus, p. 95-106.
- \_\_\_\_\_ (2013). *O cuidado necessário*. Petrópolis: Vozes.
- BRAGANÇA, B. de O. e (2017). *Psicose ambientalista*. IPCO: São Paulo.
- BRUCE, Steve (2016). Secularização e a impotência da religião individualizada. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 36, vol. 1, p. 178-90.
- CAMURÇA, Marcelo (2007). A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira p. 387-408.
- CARRASCO, Lorenzo e PALACIOS, Silvia (2013). *Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil: um olhar nos porões do Conselho Mundial de Igrejas*. Rio de Janeiro: Capax Dei.
- CARRASCO, Lorenzo; PALACIUS, Silvia; LINO, Geraldo Luís (2001). *A máfia verde: O ambientalismo a serviço do governo mundial*. Pennsylvania: EIR.

- \_\_\_\_\_ (2011). *Os desvios da Campanha da Fraternidade 2011: A idolatria da natureza promove a pobreza, a fome e o malthusianismo*. Rio de Janeiro: Capax Dei.
- CASTELLS, Manuel (1999). *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2. São Paulo: Paz e Terra.
- CELAM (2007). *Documento de Aparecida*. Brasília: CNBB.
- CNBB (1978). *Campanha da Fraternidade 1979*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas.
- \_\_\_\_\_ (1992). *A Igreja e a questão ecológica*. São Paulo: Paulinas.
- \_\_\_\_\_ (2009). *Profecia da terra*. Brasília: Edições CNBB.
- \_\_\_\_\_ (2010). *Campanha da Fraternidade 2011: Manual*. Brasília: Edições CNBB.
- \_\_\_\_\_ (2016). *Campanha da Fraternidade 2017: Manual*. Brasília: Edições CNBB.
- CNBB/REPAM (2019a). *Instrumentum laboris* Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral. 17 de junho de 2019. Disponível em: <<http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/instrumentum-laboris-do-sinodo-amazonico.pdf/>>, acesso em 15/09/2019.
- \_\_\_\_\_ (2019b). Carta do Encontro de Estudo do Instrumento de Trabalho do Sínodo da Amazônia. 30 de agosto de 2019. Disponível em: <<http://repam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Carta-Encontro-de-Bel%C3%A9m-1.pdf>>. Acesso em: 20/09/2019.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL (2009). *Em busca de uma ética universal: novo olhar sobre a lei natural*. 20 de maio. Disponível em <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/cti\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20040723\\_communion-stewardship\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20040723_communion-stewardship_po.html)>, acessado em 18/04/2016.
- CONIC (2015). *Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016: Manual*. Brasília: Edições CNBB.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ (1984). Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação. 6 de agosto. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19840806\\_theology-liberation\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html)>, acesso em 16/09/2019.
- \_\_\_\_\_ (1985). Notificação sobre o livro “Igreja: Carisma e Poder: ensaios de eclesiologia militante” de frei Leonardo Boff. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19850311\\_notif-boff\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19850311_notif-boff_po.html)>, acesso em 16/09/2019.
- CORDEIRO, Valdecir Luiz (org.) (2009). *Do ventre da Terra, o grito que vem da Amazônia – CEBS/Ecologia e Missão, Texto-base*. São Paulo: Paulus.
- COSTA, Elton Laurindo (2015a). Igreja e ecologia: um diálogo entre as dioceses de Rio Branco/AC e Tubarão/SC (1970-1990). Tese (doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 297 p.
- \_\_\_\_\_ (2015b). A tradição na imagem de São Francisco de Assis: Uma representação moderna do problema ecológico. *Mouseion*, 22, p. 31-53.
- COSTA, Marcelo (2016). Em nome do Pai: o Francisco de Assis de Leonardo Boff. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 444-467.
- DIANI, Mario (1995). *Green Networks*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- EHRlich, Paul. (1968), *The Population Bomb*. New York: Ballantine Books.
- ELLINGSON, Stephen (2016). *To care for creation*. Chicago: University of Chicago Press.
- FRANCISCO, Papa (2015). *Carta encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. 24 de maio. Disponível em <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.pdf](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.pdf)>, acessado em 01/09/2019.

- HERVIEU-LÉGER, Danièle (2006). In search of certainties: the paradoxes of religiosity in societies of high modernity. *The Hedgehog Review*, vol. 8, n. 1-2, p. 59-68.
- IPCO (2012). Ambientalismo: Preservação da Natureza ou Cavalo de Troia?. Disponível em: <<https://ipco.org.br/ambientalismo-preservacao-da-natureza-ou-cavalo-de-troia-consideracoes-sobre-o-codigo-florestal/#.XLP0tuhKinV>>, acesso em 14/04/2019.
- JOÃO PAULO II, Papa (1979). *Bula Inter Sanctos*. 29 de novembro. Disponível em <[http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/apost\\_letters/1979/documents/hf\\_jp-ii\\_apl\\_19791129\\_inter-sanctos.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/apost_letters/1979/documents/hf_jp-ii_apl_19791129_inter-sanctos.html)>, acessado em 10/09/2019.
- KERBER, G. (2006). *O ecológico e a teologia latino-americana*. Porto Alegre: Sulina.
- LEIS, Héctor R. (1993). Ambientalismo e relações internacionais na Rio-92. *Lua Nova*, n. 31, p. 79-97.
- LEITE, José Correa. Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico. *Scientiae Studia*, vol. 13, n. 3, p. 643-77.
- MAÇANEIRO, Marcial (2016). Vozes do sul na encíclica *Laudato si'*: Fontes e temas. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 8, n. 3, 715-60.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney & TILLY, Charles (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, n.76, p. 11-48.
- MCCORMICK, John (1992). *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MEADOWS, Dennis *et al* (1978 [1972]). *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva.
- MELUCCI, A. (1988). Getting involved. In: KLANDERMANS, B. *et al.* (orgs.). *International Social Movements Research*, v. 1, p. 329-48.
- NITA, Maria (2016). “Christian and Muslim climate activists fasting and praying”. In: VELDMAN, R. G. *et al* (orgs.), *How the World’s Religions Are Responding to Climate Change*. New York: Routledge, cap. 15, p. 229-43.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de (1992). Eco 92 Aparência e Realidade profunda. *Revista Catolicismo*, n. 501, setembro. Disponível em: <[https://www.pliniocorreadeoliveira.info/DIS%20-%2019920712\\_Eco92.htm](https://www.pliniocorreadeoliveira.info/DIS%20-%2019920712_Eco92.htm)>, acesso em 15/08/2019.
- OLIVEIRA, Leandro D. (2012). Os “limites do crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. *Continentes (UFRRJ)*, n. 1, p. 72-96.
- PAULO VI, Papa (1968). *Carta Encíclica Humanae Vitae*. 25 de julho. Disponível em <[http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_25071968\\_humanae-vitae.pdf](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.pdf)>, acessado em 10/09/2019.
- \_\_\_\_\_ (1970). *Discurso do Papa Paulo VI à assembleia geral*. 16 de novembro. Disponível em <[http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1970/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19701116\\_xxv-istituzione-fao.pdf](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1970/documents/hf_p-vi_spe_19701116_xxv-istituzione-fao.pdf)>, acessado em 20/09/2019.
- \_\_\_\_\_ (1971). *Audiência geral*. 31 de março. Disponível em <[https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/audiences/1971/documents/hf\\_p-vi\\_aud\\_19710331.pdf](https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/audiences/1971/documents/hf_p-vi_aud_19710331.pdf)>, acessado em 04/09/2019.
- \_\_\_\_\_ (1973). *Udienna Generale*. 7 de novembro. Disponível em <[http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1973/documents/hf\\_p-vi\\_aud\\_19731107.pdf](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1973/documents/hf_p-vi_aud_19731107.pdf)>, acessado em 06/09/2019.
- PEREIRA, J. e BORBA, R. (2016). *Pastoral da ecologia e do meio ambiente*. Brasília: CNBB.
- PIERUCCI, Antônio Flávio (1992). Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa. *Revista USP*, n. 13, p. 144-56.
- \_\_\_\_\_ (1997). Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 49, p. 99-117.
- \_\_\_\_\_ (1999). “Sociologia da religião: área impuramente acadêmica”. In: Sergio Miceli (org.), *O*

- que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Vol. II: *Sociologia*. São Paulo, Sumaré/Anpocs, pp. 237-287.
- PRANDI, Reginaldo *et al* (2019a). A construção da modernidade religiosa no Brasil e na Argentina. *Revista USP*. 1 (120), p. 9-11. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i120p9-11>
- \_\_\_\_\_ (2019b). Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP*, n. 1, vol. 120, p. 43-60. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i120p43-60>
- PRANDI, Reginaldo e SANTOS, Renan William (2015). Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea*, vol. 5(2), p. 351-79.
- \_\_\_\_\_ (2017). Quem tem medo da bancada evangélica?. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, p. 187-213. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>
- SADER, Éder (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- QUADROS, M. R. (2017). Conservadorismo coroado: movimentos monarquistas no Brasil atual. *Estudos de sociologia*, v. 22, n. 42, p.15-34.
- SABIOTE, C. R.; QUILES, O. L.; TORRES, L. H. (2005). Teoría y práctica del análisis de datos cualitativos: proceso general y criterios de calidad. *SOCIOTAM*, v. XV, n. 2, p. 133-54.
- SANTOS, Renan William dos (2016). Uma velha moral reciclada. Caxambu: Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS.
- \_\_\_\_\_ (2017). A salvação agora é verde: ambientalismo e sua apropriação religiosa pela Igreja Católica. 2017. 172 f. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SECCO, Mauro Benedito Guaraldo (2009). As organizações não-governamentais e o estado brasileiro: relevância para a política de defesa nacional. *Dissertação* (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ/História Comparada. 124 p.
- SIDERIS, L. H. (2010). Religion, Environmentalism, and the Meaning of Ecology. In: GOTTLIEB, R. S. (org.) *The Oxford Handbook of Religion and Ecology*. New York: Oxford University Press, p. 446-64.
- TUCKER, Mary E. (2010). “Religion and Ecology: Survey of the Field”. In: GOTTLIEB, R. S. (org.) *The Oxford Handbook of Religion and Ecology*. New York: Oxford University Press, cap. 18, p. 398-418.
- URBAN, Teresa (2001). *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis.
- VALENTINI, D. (2009). *Ecologia e meio ambiente*. Brasília: Edições CNBB.
- VELDMAN, R. G. *et al* (2016). “Social Science, religions, and climate change”. In: idem (orgs.), *How the World’s Religions are Responding to Climate Change*. New York: Routledge, cap. 1, p. 3-19.
- WEBER, Max (2004 [1922]). “Sociologia da religião”. In: idem, *Economia e Sociedade - vol. 1*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, p. 279-418.
- WHITE Jr., Lynn. (2007 [1967]), “Raíces históricas de nuestra crisis ecológica”. *Revista Ambiente Y Desarrollo de CIPMA*, 23 (1), Santiago de Chile, p. 78-86. Disponível em <<http://latinoamericana.org/2010/info/docs/WhiteRaicesDeLaCrisis.pdf>>, acessado em 12/09/2019.
- WILLAIME, Jean-Paul (2012). *Sociologia das religiões*. São Paulo: Unesp.